



**Solidariedade de classe, raça e gênero no enfrentamento à fome e ao
nutricídio: dos tempos de pandemia à incidência política**
*Class, race and gender solidarity in the fight against hunger and nutrition: from
pandemic times to political incidence*

BAPTISTA, Silvia R. N¹, FERNANDEZ, Annelise C.F²; CARVALHO, Leonídia
Insfran³; LIMA, Caren F⁴; MATEUS, Helena Victor⁵; SERRA, Elza S.S.⁶
¹ IPPUR / Universidade Federal do Rio de Janeiro, s2baptista@gmail.com; ² NEATS / Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, annelisecff@yahoo.com.br; ³ Quilombo Dona Bilina,
leonidiacarvalho@hotmail.com; ⁴ Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste,
carenfreitas.lima@gmail.com; ⁵ Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste, anelehvm@gmail.com;
⁶Federação das Mulheres Fluminense, elzasserra@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Ancestralidade, terra e território

Resumo: O presente artigo apresenta uma práxis interseccional no enfrentamento da insegurança alimentar grave, do nutricídio e apoio aos espaços de agriculturas urbana e periurbana da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2020–2023. Essa práxis recebe o nome de Teia de Solidariedade da Zona Oeste, doravante teia-zo. É uma costura de coletivas, que se formou a partir de 21 de março de 2020, logo em seguida à declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde. Pretendemos aqui descrever a materialidade da luta contra a fome e o nutricídio na direção da soberania alimentar no contexto da pandemia. Delineamos os reflexos dessa experiência na atual luta por soberania alimentar das organizações das mulheres negras e antirracistas da Zona Oeste do Rio. A agricultura observada nas práticas empíricas da Teia de Solidariedade da Zona Oeste do Rio encontra-se nos limites conceituais de agricultura urbana e de uma ruralidade que teima em sobreviver nas bordas do Maciço da Pedra Branca. Através do Programa de Aquisição de Alimentos apresenta-se a possibilidade de ampliar localmente a produção agrícola voltada para o enfrentamento à insegurança alimentar grave.

Palavras-Chave: interseccionalidade; feminismo; soberania alimentar; programa de aquisição de alimentos; alimento livre de agrotóxico.

Contexto

Desde o ano de 2006, mulheres estão em processo de organização na Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste do Rio. São mulheres de diferentes comunidades, ocupações populares, conjuntos habitacionais e quilombos da região. Em 2017 estavam em processo de aproximação da roda de mulheres da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU). Na ocasião denunciaram a falta de acesso das favelas, quilombos e periferias ao alimento sem veneno, sem agrotóxico. Demonstraram também que a luta pela agricultura da cidade beneficiou muito mais o mercado de alimentos orgânicos que a saúde das próprias pessoas envolvidas na luta por agroecologia. Esse desafio pode ser mais bem descrito na expressão: “vendo, mas não como”, entreouvindo em uma feira da região.

Essa avaliação de que faltava comida de verdade nas mesas da periferia combinou com a divulgação da pesquisa de orçamentos familiares (POF) do Instituto Brasileiro



de Geografia e Estatística referente ao mesmo período (2017-2018), publicada em 2019. Segundo a pesquisa, em 61.4% dos domicílios em condição de segurança alimentar, predominam os homens como chefes de família. Conforme aumenta o nível de insegurança alimentar, esta prevalência vai se invertendo, nos lares com insegurança alimentar grave, 51,9% são chefiados por mulheres. Na análise por cor ou raça, 65% dos lares comandados por pessoas pretas ou pardas convivem com restrição de alimentos em qualquer nível.

Em fins de 2019, por inspiração ancestral e diante da conjuntura política, indicando cada vez mais letalidade nas periferias, ousamos ampliar a mobilização em três momentos sucessivos: em dezembro de 2019, fizemos uma eficiente e afetiva reunião no quintal de Mulheres de Pedra. Nos meses seguintes a mobilização não arrefeceu. Assim, em janeiro e fevereiro de 2020, avançamos para um novo modelo de reunião multitemática com a convivência de diferentes temas geradores, na qual se destacavam àquela altura: um grupo de saúde para o enfrentamento às violências contra as mulheres e em especial à violência obstétrica; um grupo de trabalho de educação; um grupo de agroecologia, mas com uma pegada de luta por questões urbanas.

Organizamos um seminário para início de março de 2020 que ocorreria na sede de uma experiência de autogestão da União Nacional de Moradia Popular, Shangri-lá, em Jacarepaguá. Quando a Organização Mundial de Saúde declarou a pandemia do coronavírus alteramos rapidamente o planejado e transformamos o seminário em duas oficinas virtuais no dia 21 de março de 2020.

Era o último dos **21 Dias de Ativismo Contra o Racismo**, campanha que estava em sua quarta edição. Durante o encontro da tarde, da voz retinta da cientista social Marina Ribeiro, surgiu o chamado ao enfrentamento aos danos colaterais da pandemia: “vai ter fome entre as famílias pretas”, avisou a companheira. E naquele dia surgiu uma das mais contundentes campanhas de solidariedade de classe que a maioria de nós jamais participou.

A experiência empírica de nossos corpos ao percorrer a periferia oeste da cidade do Rio, os dados estatísticos e a reflexão teórica delinearam a práxis interseccional, que enxerga as violações aos direitos das mulheres na encruzilhada de sua condição de classe e raça. Para a pesquisadora Kimberlé Crenshaw (2002, p.171):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Durante dois anos, a teia de solidariedade forjada pela Coletiva Popular de Mulheres foi se ampliando, alcançando diferentes parcerias e vimos aumentar mais e mais a demanda por alimentação, recursos de transporte para ida a hospitais, enterros, insumos médicos e sobretudo um esforço informacional de enfrentamento



ao negacionismo e propagação de comportamento anti-vacina. Fomos nos embrenhando em atividades intelectuais, financeiras e sobretudo braçais para o provimento de toneladas de cestas básicas inicialmente e depois mais e mais alimentos frescos agroecológicos.

categorizar a incidência da Teia no enfrentamento à fome e às demais inequidades correlatas à pandemia em três etapas: A primeira corresponde aos dias de inocência em que comprávamos dezenas de alimentos na rede varejista ao preço corrente, fortalecendo as “Cestas Básicas S.A.”; A segunda etapa correspondeu à captação de recursos de recursos onerosos através de uma plataforma de *crowdfunding*. A campanha foi nomeada Mulheres da Zona Oeste. Chegou a angariar R\$45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais). E a terceira tipificação das atividades da teia-zo como um todo foi através da gestão de projetos. O primeiro deles foi denominado Teia das Pretas: Tecer, Prevenir, Alimentar e Inovar no Enfrentamento à Fome e a Covid-19. Foi co-gerenciado com o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), tendo como fonte financiadora a Chamada Pública para Apoio a Ações Emergenciais de Enfrentamento à COVID19 nas Favelas do Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Nesse meio tempo recebemos uma oferta de emenda parlamentar da deputada federal Talíria Petrone (PSOL) e é sobre essa experiência que vamos nos deter um pouco mais.

Descrição da Experiência

Há mais de 10 anos somos conclamadas a olhar para a borda oeste da cidade, construindo novas centralidades para nossa luta contra as violações aos direitos das mulheres, mas sobretudo hoje, por soberania alimentar. Podemos dizer que Campo Grande é essa centralidade. Ali temos uma quantidade de militância e parcerias em diferentes localidades do bairro: Quilombo Dona Bilina, Coletiva as Caboclas e mais recente, no grupo denominado “Somando” que atua na atenção à maternagem de mulheres negras em situação de vulnerabilidade. Em Santa Cruz estamos nas cercanias de favela Rodo/Rollas, na Urucânia e Saquassu. Em Sepetiba atendemos e nos relacionamos com as marisqueiras do Recanto do Ipiranga. No entorno da Feira da Roça de Vargem Grande, nossos olhares de cuidado territorial se voltam em especial às favelas de Cascatinha, Santa Luzia. Durante a pandemia outras localidades da grande zona oeste estiveram articuladas conosco.

O projeto foi abraçado pela Pró-reitoria de extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com o título de “Trabalho, renda e enfrentamento à pandemia: a inovação social das mulheres negras da Zona Oeste do Rio”. E se caracterizou por seus múltiplos temas, grupos de trabalho e territórios. Ampliamos a mobilização, utilizamos várias táticas de comunicação popular como o boletim Teia das Pretas.

O núcleo "duro" do projeto se apresentou no apoio às agriculturas da cidade e a produção agrícola da Região Metropolitana (Fernandez; Baptista, 2016), através da aquisição, manejo e distribuição de alimentos sem agrotóxicos para doação às famílias de extrema vulnerabilidade. Era o eixo soberania alimentar. Apenas com os



recursos da emenda parlamentar foram distribuídas mais de 1,4 tonelada de alimentos sem veneno, abarcando 159 cestas agroecológicas.

Com os recursos do outro projeto, Teia das Pretas foram mais 2.821,95 quilos, somando 4,2 toneladas de alimentos agroecológicos. É importante ressaltar que outras iniciativas atuaram na distribuição ou financiamento de doação de alimentos limpos. Destacamos e agradecemos a ong AS-PTA que atuou em Vargem Grande e no Quilombo Dona Bilina; a Rede Ecológica que foi parceira de primeira hora e permanece financiando a Feira Solidária de Vargem Grande. Também somos gratas ao *Kings College of London*, financiador do **Projeto Agricultura urbana e agroecologia: Juventude e Mulheres da Zona Oeste do Rio de Janeiro** que atendeu à Coletiva As Caboclas. A ONG Criola foi pioneira na distribuição de cestas de alimentos produzidos pelo Assentamento Terra Prometida junto a cartões de alimentos que permitiam inclusive a compra de gás de cozinha, recurso fundamental para a segurança alimentar das famílias envolvidas.

Resultados

A solidariedade real existente só pode ser qualificada como de classe se houver politização, em caso contrário o exercício de doação de alimentos poderia ser entendido como mera “caridade”. Entendemos que solidariedade de classe é um processo de constituição da classe trabalhadora no rumo da transformação social. O que for diferente tem um risco crescente de se transformar em assistencialismo conservador. Dessa forma, atuamos em rodas e oficinas de formação política.

A primeira oportunidade concreta de incidência política surgiu no dia 7/11/2022 com a audiência pública na Assembléia Legislativa do Rio (ALERJ) sobre a destinação de recursos do Fundo Estadual De Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (Fecam). Na ocasião escrevemos a primeira carta aberta reivindicando comida de verdade para as mulheres negras e periféricas da Zona Oeste. O depoimento de Maria Tereza Aprígio foi contundente: “Estes dois milhões na mão do Estado não é nada. Lá na Feira, na mão do agricultor seria muito importante. Estou pedindo em nome de nossa Feira”.

Em que pese entendermos a lentidão da máquina pública em atender às demandas, não houve qualquer manifestação da parte do mandato do deputado Flávio Serafini. Sendo assim, sintetizamos a carta e lançamos novamente como uma carta aberta. Organizamos um abaixo assinado híbrido. Uma parte dele foi físico, feito em papel já que nosso público-alvo não tem acesso pleno à internet. Alcançou 359 assinaturas, sendo 76 assinaturas no meio digital.

O lançamento da carta foi num dos locais mais emblemáticos ocupados pela militância na Zona Oeste do Rio: O Calçadão de Campo Grande. Com a voz da companheira Jô Araújo, sindicalista e representante do grupo de trabalho Zona Oeste do Fórum Estadual de Mulheres Negras, iniciamos o corpo-a-corpo para colher assinaturas.



Os meses se passaram. Aguardamos. Em 2023 o governo federal disponibilizou a chamada pública para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Brasil, 2023). Foi a nossa oportunidade.



Figura 1: Entrega da carta aberta aos técnicos da CONAB em 23/06/2023. Acervo Quilombo Dona Bilina

Em meio a muitas dúvidas recebemos o superintendente da Companhia Nacional de Abastecimento, Gustavo Areal, a agrônoma Ana Lima, a gerente de projetos Luciana Diniz e a parceira de longa data, Emilia Jomalini Medeiros, representando a Mandata Marina do MST. Nesse dia, no espaço da Horta Comunitária Quilombo Dona Bilina organizamos uma assembleia mista com agricultores e possíveis beneficiárias do PAA. A campanha chegou à sua culminância. Entregamos a carta à CONAB (fig.1) e inauguramos novos desafios na luta por soberania alimentar.

Dentre os novos desafios na agricultura local aparecem a questão dos limites geográficos. São três quilombos certificados pela Fundação Palmares no Maciço da Pedra Branca, conjunto de montanhas na área central da Zona Oeste do Rio. O Quilombo do Camorim e o Quilombo Cafundá Astrogilda foram certificados em 2014 com uma luta íntima de nosso grupo político da agroecologia. O Quilombo Dona Bilina nasceu em outro contexto, no ano de 2017. Geograficamente, os três se encontram nos pontos mais altos da cidade e fica difícil perceber se uma agricultora ou agricultor pertence a essa ou aquela comunidade quilombola. No entanto, a agricultura local não é apenas quilombola. Temos outros pertencimentos e tradições na agricultura da Pedra Branca.

O primeiro desafio posto foi: qual é a agricultura quilombola que ainda permanece invisibilizada? Fizemos duas reuniões com potenciais agricultoras e agricultores. Identificamos um grupo pequeno com sete agricultoras e quatro agricultores. E a grande conquista junto ao desafio: o quilombo foi proponente de um projeto



vencedor da chamada pública conforme ofício CONAB/SUREG/RJ SEI N.º 173/2023.

O segundo desafio identificado foi a inadequação entre a quantidade da produção agrícola quilombola arrolada para o projeto de aquisição de alimentos que inserimos no aplicativo da CONAB e a demanda das possíveis beneficiárias. Sem grandes esforços, as articuladoras dos territórios da teia-zo cadastraram 260 famílias em situação de insegurança alimentar, variando de grave a mediana. A demanda é, portanto, maior que a oferta local de alimentos agroecológicos.

Dentro dos territórios de atuação da teia-zo, as articuladoras identificaram 260 mulheres em situação de grave insegurança alimentar. Perguntamos quantas pessoas tem em cada um dos intervalos etários definidos à priori pela plataforma paanet: 0 - 6 anos; 7 a 14 anos; 15 a 24 anos; 25 a 65; mais de 65 anos, o que nos permite também identificar a quantidade de moradores de um único domicílio. Para nosso entendimento dentro da prioridade de nossa práxis interseccional buscamos a informação de cada mulher cadastrada quanto à sua autodeclaração de raça, cor e etnia. Perguntamos também sobre a existência de pessoas com deficiência (PCDs) na família. Selecionaremos 100 famílias dentre as 260 demandantes. Utilizaremos o critério racial, a existência de PCDs, famílias numerosas e famílias com maior número de crianças e adolescentes. Naturalmente seremos flexíveis para casos especiais que se apresentem.

Referências bibliográficas

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/4998-projetos-para-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos-podem-ser-enviadas-a-partir-de-11-de-maio> acessado em 16/06/2023.

CRENSHAW, K.. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

FERNANDEZ, A. C. F; BAPTISTA, S. R. N. Territórios-rede de agroecologia: ciência(s) e saberes locais na ambientalização de lutas na zona oeste e Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: TEISSERENC, M. J. de A.; SANT'ANA, H. A.; ESTERCI, N. (Orgs.). **Territórios, mobilizações e conservação ambiental**. São Luis: Edufma, 2016.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018 : primeiros resultados** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.